

DEPUTADO VAI ACUSAR RORIZ

Da Redação

O deputado distrital Rodrigo Rollemberg (PSB) encaminha hoje ao Ministério Público Federal uma representação contra o governador Joaquim Roriz por conta de seu envolvimento com grileiros de terras no Distrito Federal. Segundo Rollemberg, o pedido para que a Procuradoria Geral da República apure o caso se baseia no fato da União ser proprietária de 49% das ações ordinárias da Terracap. "A dilapidação do patrimônio público da Terracap é lamentável, até porque implica na destruição da nossa qualidade de vida. Por isso acho que tem que envolver a Procuradoria da República, o Ministério da Justiça e a Polícia Federal nisso", diz ele, que passou o início da noite concluindo a montagem de um verdadeiro dossiê a ser entregue hoje ao Ministério Público e ao ministro da Justiça, José Gregori. Rollemberg foi autor de dois pedidos de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a máfia da grilagem. "A CPI de 1995, que foi um dos melhores trabalhos que fizemos, mostrou quem

eram os grileiros, mas com a volta do Roriz, voltou também a grilagem, e com os mesmos personagens", disse.

No Ministério Público do Distrito Federal, os promotores da Ordem Urbanística e do Meio Ambiente preferem, por enquanto, manter reserva sobre o que já foi apurado. "Divulgação acaba por atrapalhar o nosso trabalho", diz um dos promotores, que tem atuado no sentido de coibir as irregularidades nas desapropriações e comercialização de terras no DF. O deputado Edmar Pirineus (PMDB), presidente da Câmara Legislativa, disse não acreditar no envolvimento de Roriz com os irmãos Pedro, Márcio, Eustáquio e Alaor Passos. "Essa questão é uma afirmação do Correio. Cabe ao Correio provar. Acho que a invasão de terras é a pior coisa que pode acontecer. Não acredito que Roriz compactue com a grilagem de terras públicas. Pelo que conheço dele, tenho a convicção que ele é contra a grilagem e até fez os assentamentos para evitar isso. Mas não sabia desse envolvimento da forma como o Correio colocou", disse. O deputado César Lacerda (PTB), que integrou a CPI da

Grilagem em 1995, também não considera que o governador tenha participação nos negócios irregulares dos irmãos Passos: "Não acredito. Vou analisar ainda. Fui da CPI e não vi esse envolvimento que o Correio mostrou, do Roriz com os irmãos Passos. Amanhã quero voltar ao relatório, tenho os documentos. Não posso dar uma opinião porque tenho responsabilidade nisso, tenho que me inteirar. Pela manhã estarei analisando com a minha equipe", disse. A questão de terras em Brasília pode dar ainda mais dores de cabeça para o governo local. Há cerca de três semanas, a publicidade oficial do GDF no rádio e TV faz menção à regularização, pela Secretaria de Assuntos Fundiários, de 40 condomínios. Na verdade, ao pé da letra, a expressão "regularização" só pode ser aplicada aos condomínios com lotes registrados em cartório. Só três estão nessa situação. O promotor Leonardo Bessa, da 2ª Promotoria de Defesa do Consumidor, diz que o Ministério Público está preocupado com a propaganda. "Se fosse um particular anunciando isso, seria publicidade enganosa", diz ele.